

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/18420	27835/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de demolição - RUA DA FÁBRICA CONFIANÇA, N° 61 FREGUESIA DE S. VICTOR, BRAGA		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Alvaro Bernardo Lemos Bessa (1/1)
Vice-Presidente
Data Assinatura: 26/05/2026
HASH: 4c0c92eca51ba8a18d7a0c5eeb89a8f



DESPACHO

Processo: 23567/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de demolição - #G0189#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de demolição - Dentro do centro histórico - 20885/2026

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Gabinete de Licenciamento de Edificações, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/18300 de 26 de Maio de 2026.

Vice-Presidente com competências delegadas e subdelegadas nos termos do respetivo despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 04 de novembro de 2025, em conformidade com o n.º 1 do art.º 56.º e do n.º 3 do art.º 57.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de demolição.

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 26/05/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do Projeto de Demolição nos termos da informação técnica. Deverão ser garantidas as condições de segurança e proteção do terreno, ou seja, para além da vedação a manter, a requerente deverá identificar até á emissão da licença, qual o uso que pretende vir a dar ao terreno e em que período de tempo podendo, caso o mesmo não venha a ser entretanto requerido, ser obrigada a restituir uma cota altimétrica de toda a superfície que minimize possíveis questões de segurança."

Município de Braga, à data da assinatura eletrônica.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

